CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 803/2013

Autor: Duda Sanches
Ementa: Dispõe sobre o descarte de cds e dvds e dá outras providências no município do Salvador.

Projeto de Lei. Dispõe sobre o descarte de cds e dvds e dá outras providências no município do Salvador. **Aprovação**.

Relatório

Trata-se de projeto de lei de autoria do vereador Duda Sanches que dispõe sobre o regramento a ser exigido dos vendedores e fornecedores de CDs e DVDs sobre o descarte desses produtos.

O Setor de Análise e Pesquisa, em manifestação no processo legislativo, revela a proposição submetida a estudo está em conformidade com as normas regimentais e da técnica legislativa, e que em pesquisa em bancos de dados e foi constatada a inexistência de proposição legislativa que verse especificamente sobre o tema aludido na epígrafe.

Na Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, o Projeto ora analisado foi declarado aprovado. Na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, o Projeto ora analisado foi declarado aprovado. Na Comissão de Direitos do Cidadão e Defesa do Consumidor, o Projeto ora analisado foi declarado aprovado.

Na Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, foi designada a relatoria à Vereadora que subscreve o presente parecer.

Esse é o breve relatório.

A Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, no uso de suas competências constantes no artigo 68, V, alínea e do Regimento Interno da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Municipal de Salvador, passará a análise sobre as exigências a serem feitas aos vendedores e fornecedores de CDs e DVDs no sentido de informar aos consumidores sobre o descarte adequado desses produtos e disponibilizar caixa de coleta específica.

Em análise por esta relatora, conclui-se que o projeto de lei, se encontra em conformidade com os requisitos legais necessários à sua aprovação, sendo útil e relevante ao planejamento urbano e de meio ambiente.

Desse modo, não há nenhum impedimento legal à tramitação da presente proposição nesta Casa.

Voto

Em observância ao exposto no art. 68, V, alínea e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Salvador, dentro das competências que lhe é peculiar e também não conflitando com as demais normas que regem o tema objeto deste Projeto de Lei.

Dessa forma, torna-se o referido Projeto de Lei nº 803/2013 apto à **APROVAÇÃO,** visto que atende aos aspectos legais e regimentais para seu regular trâmite.

É o parecer.

Salvador, 24 de maio de 2022.

MARTA RODRIGUES
Vereadora do Partido dos Trabalhadores – PT
Membra da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente